

RESENDE, Pâmela de Almeida. **Os vigilantes da ordem**: a cooperação Deops-SP e SNI e a suspeição aos movimentos pela anistia (1975-1983). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2015.

Vigiados e vigilantes

Watched and vigilant

Rodrigo Piquet Saboia de Mello¹

O livro de Pâmela de Almeida Resende é resultado da sua dissertação de mestrado defendida no ano de 2013 na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e foi agraciado com o prêmio de pesquisa Memórias reveladas 2012. Tem como proposta analisar a luta empreendida por organizações da sociedade civil pela anistia que travaram disputas contra a ditadura militar brasileira, com destaque para os Comitês Brasileiros pela Anistia (CBA), o Movimento Feminino pela Anistia (MFPA) e as ações dos aparelhos repressivos do Estado, como o Departamento de Ordem Política e Social de São Paulo (Deops-SP) e o Serviço Nacional de Informação (SNI).

No contexto do marco dos 30 anos da Lei da Anistia no Brasil, a pesquisadora realiza um trabalho documental de fôlego no que tange às lutas pelo restabelecimento da democracia no país, assim como em relação à iniciativa do Estado brasileiro em revelar crimes cometidos pelo regime de exceção, consubstanciada pelos trabalhos realizados pela Comissão Nacional da Verdade (CNV). Deste modo, o trabalho em tela é mais uma contribuição de pesquisadores(as) brasileiros(as) que efetuam trabalhos de natureza acadêmica com a finalidade de desvendar e elucidar pontos carentes de produção intelectual, como os que abordam a luta pela anistia no final da década de 1970.

O trabalho possui a seguinte estrutura: primeiro a autora desenvolve uma discussão sobre o momento da abertura política e a introdução de parte da comunidade de informação e segurança do regime no período da chamada transição democrática, considerando a ambiguidade do governo em de fato efetivar tal abertura. Além disso, aborda a atuação dos personagens no movimento da anistia e a aprovação da Lei nº 6.683, de 1979, também conhecida como Lei da Anistia. O capítulo seguinte tem como proposta problematizar a

¹Doutorando em Ciência da Informação pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia e Chefe do Núcleo de Informação Científica do Museu do Índio. E mail: nuic@museudoindio.gov.br

constituição da comunidade de informação e a lógica da organização dos arquivos encontrados nos repositórios estatais do Deops-SP e do SNI. Em sequência, mostra-se a vigilância e controlados movimentos pela anistia entre os anos de 1975 e 1983. Por fim, com base na documentação encontrada referente ao ano de 1979, analisou-se a vigilância pelos agentes do Estado em dois momentos: a greve de fome dos presos políticos e a aprovação da Lei da Anistia.

Na primeira seção do livro, a autora discorre sobre o contexto político dos anos de 1970, principalmente no processo desencadeado pelo governo Geisel com a proposta, ainda em negociação com os atores políticos, de ofertar anistia aos setores perseguidos pelo regime militar. Além do processo em curso, há nesse período da história do Brasil um fortalecimento da oposição política à ditadura militar, com a pressão exercida sobre o governo por instituições como a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e a Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).

O processo de abertura política iniciado não ocorreu de maneira consensual entre os personagens que estavam no comando do Estado, ou seja, os militares. A autora destaca, por exemplo, as articulações realizadas mais à direita do núcleo que estava no poder: os militares insatisfeitos com o processo iniciado pela abertura política, integrantes da chamada linha dura do regime. Dentre as ações realizadas pelos militares citados, há um folhetim denominado *Novela da traição* que denuncia os militares acusados de traidores dos “princípios revolucionários de 1964”, como o governo Geisel e o seu principal articulador, o chefe do gabinete civil da presidência da República, general Golbery do Couto e Silva.

Como contraponto ao processo iniciado pelos militares alinhados à direita, temos o fortalecimento da atuação de grupos pró-democracia, num movimento de oposição. Esses movimentos acabaram sendo incentivados a aumentar a ação de luta pelo restabelecimento das instituições democráticas, buscando alargar o espaço de atuação política iniciada no governo Geisel.

É interessante a abordagem que a pesquisadora realiza a partir da constituição do Movimento Feminino pela Anistia criado no ano de 1975 em São Paulo. Esse movimento, além do caráter de luta para a reinstalação da democracia em nosso país, também representou o combate aos efeitos do regime militar por parte de mulheres que tiveram entes familiares mortos e/ou desaparecidos na ditadura brasileira. A atuação dos núcleos do MFPA criados em todo o Brasil resultou no *Manifesto da Mulher Brasileira*, pautado na defesa da anistia ampla e geral para todos os atingidos pela ditadura.

A autora também destaca que, no processo desencadeado pelo MFPA, a organização resultou num movimento maior que extrapolou o processo iniciado pelos Comitês Brasileiros pela Anistia. Esse movimento foi às ruas não apenas exigindo a anistia, mas também lutando pela libertação dos presos políticos, denunciando a situação de apenados em território brasileiro, reivindicando a culpabilização dos responsáveis pelos crimes de tortura, sequestro e desaparecimento, além de demandar a imediata libertação dos brasileiros presos em outros países ditatoriais da América Latina.

No caminhar do texto, a autora introduz as questões levantadas pelos CBAs quando da realização, no ano de 1978, do I Congresso Nacional pela Anistia, que contou com a participação de diversas entidades de todo o país, sendo um movimento não apenas de luta democrática, como também de denúncias das arbitrariedades cometidas pelo regime militar. No ano seguinte, foi ainda realizado o II Congresso, com o aprofundamento da luta democrática num panorama de distensão.

Na seção do livro intitulada “A Batalha do Congresso”, presente no primeiro capítulo, a pesquisadora traz um relato de como os movimentos criados pela sociedade civil começaram a se articular contra a proposta governamental de conceder uma anistia parcial, não representando assim os anseios de setores organizados do país que estavam na luta pela promulgação de uma anistia ampla, geral e irrestrita.

Devido à gama de cidadãos brasileiros que estavam (e continuam nos dias de hoje) na condição de desaparecidos políticos e a outros desdobramentos da era militar, o clima político se tornou propício à intensificação de ações pela memória, verdade e justiça, principalmente de familiares e demais atingidos pelo regime de exceção. Sendo assim, a Lei da Anistia significou o início de um movimento de reparação das vítimas da ditadura militar brasileira.

No segundo capítulo, intitulado “A comunidade de informações e segurança do regime civil-militar”, a autora discute a atuação dos serviços de inteligência e contra inteligência capitaneada pelo Serviço Nacional de Informação (SNI), compondo um diálogo com outros autores que também problematizaram a chamada comunidade de informações e a ideologia da segurança nacional.

A autora também estabelece uma discussão sobre a dinâmica do Deops-SP e do SNI na lógica organizacional impressa a partir da pesquisa empreendida nos arquivos constantes em fundos documentais sob a guarda atual do Arquivo Nacional. Ainda cabe, segundo a autora, explanar sobre a entrada em vigor da chamada Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527), promulgada em maio de 2012, que trouxe a público uma série de documentos novos, em *Memória e Informação*, v. 2, n. 1, p. 113-117, jan./jun. 2018

virtude da desclassificação de documentos sigilosos.

Nos documentos decorrentes da ação repressiva do Estado, temos um encadeamento de descontinuidades produzidas nos arranjos documentais, em virtude da ação de agentes estatais no sentido de forjar ou fazer desaparecer a memória documental da repressão política. Além disso, demonstra-se que muitos arquivos são fruto da ação de controle realizada pelo Estado, sendo os documentos confeccionados por informantes que estavam a serviço da comunidade de informação.

As ações empreendidas por movimentos da sociedade civil brasileira interessados na redemocratização no Brasil, como o CBA e o MPFA, começaram a despertar o interesse dos órgãos de inteligência do Estado com o objetivo de monitorar e controlar tais movimentos. A autora destaca a produção de documentos que refletem o processo de vigilância em eventos realizados pelas entidades mencionadas, na produção de comícios, reuniões e eventos em prol da democracia no país. Demonstrando acuidade na pesquisa empreendida, a autora descobre, por exemplo, a emissão de alerta pela Polícia Federal, difundido para a comunidade de informação, com o intuito de sobre avisar da movimentação realizada, por exemplo, pela Anistia Internacional.

Uma maior atenção a essas ações por parte da comunidade de informação originou o recrudescimento dos movimentos democráticos, o que produziu uma maior massa documental, que se traduz em relatórios de vigilância e controle produzidos por aqueles que tinham por missão vigiar e controlar tais movimentos. A pesquisa, inclusive, faz uma discussão sobre o papel do documento em tais estruturas de poder e acerca da apreensão de significados produzidos não apenas pelos enunciados de tais agentes no tempo passado, mas também a partir de enunciados de atores do tempo presente.

No último capítulo do trabalho, a pesquisadora aborda especificamente o ano de 1979, ou seja, o ano da anistia. Nessa parte, aborda-se a ação e reação de natureza política, por exemplo, quando eram confeccionados cartazes acerca dos desaparecidos políticos e, em contrapartida, ocorriam ações de controle e vigilância dos agentes repressores do Estado. Um exemplo explicitado no livro é o registro de fotografias de partidários pela anistia em eventos com a presença de artistas da Música Popular Brasileira.

Um dos braços de apoio na movimentação da sociedade brasileira em prol da democracia foi a mobilização dos encarcerados políticos. Os personagens do sistema prisional apenados, devido à natureza política das ações empreendidas, realizaram alguns importantes movimentos, como a decretação da greve de fome como instrumento de pressão política. As

ações foram iniciadas em virtude da proposta inicial dos militares de não trazer à luz uma anistia que representasse os anseios de todos aqueles envolvidos na luta contra a ditadura militar.

A Agência Central do SNI trazia constantemente informes sobre as movimentações realizadas, conforme documentação levantada pela pesquisadora. Os documentos obtidos e pesquisados pela autora indicam que o próprio órgão de repressão tinha compreendido que havia divergências nos grupos que lutavam pela anistia brasileira.

A luta derradeira naquele momento histórico de lutas democráticas e também de perseguições aos opositores do regime que se encontravam em território brasileiro ou no exterior foi a promulgação da anistia ampla, geral e irrestrita, em contraponto à anistia parcial idealizada inicialmente pelo governo militar. No processo histórico apresentado pela autora, há um amplo trabalho realizado pelos agentes de repressão, voltado ao controle de cada passo realizado pelas entidades de luta pela redemocratização.

Por fim, podemos ressaltar que o trabalho realizado pela historiadora Pâmela de Almeida Resende representa um esforço de intelectuais brasileiros em remontar processos recentes ainda obscuros da história do Brasil. Além disso, destaca a necessidade de mais pesquisas nesse sentido, para lembrarmos o passado, a fim de que a história não se repita como farsa, parafraseando o pensador Karl Marx.